

ATA DA 31ª (TRIGÉSIMA PRIMEIRA) REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª (SEGUNDA) SESSÃO LEGISLATIVA DA LEGISLATURA 2017/2020, realizada no dia 9 de outubro de dois mil e dezoito, sob a presidência do Sr. Ver. Florisvaldo José de Souza, Vice-Presidente desta Casa de Leis. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou, em nome de Deus, aberta esta reunião às dezenove horas e dez minutos. Foi executado o Hino Nacional. A mensagem bíblica foi lida pelo Sr. Ver. Pastor Alaércio Rodrigues Luzia. Estavam presentes, na primeira chamada, os (as) Srs. (as) Vereadores (as): Adriana Fátima de Paula Magalhães; Alaércio Rodrigues Luzia (Pastor Alaércio); Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz; Fábio de Paulo dos Reis (Fabinho Gasolina); Florisvaldo José de Souza (Valtinho); Joel da Silva Carvalho; Jose de Arimatéia Neves; José Roberto dos Santos (Salitre); Marcilene Jacinto Queiroz; Neuza Mendes; Paulo Roberto dos Santos (Panxita); Raquel Aparecida Rezende Moraes; Roberto Margari de Souza e Rogério Moreira Silva (Rogério Nelis). Não houve leitura de correspondências. A Ata da 30ª (Trigésima) Reunião Ordinária da 2ª (Segunda) Sessão Legislativa da Legislatura 2017/2020 foi aprovada por unanimidade. A Sra. Ver.ª Dra. Neusa Mendes requereu, como Líder do Governo, a inserção na Ordem do Dia, com votação em Regime de Urgência cujo Requerimento encontra-se assinado por 11 (onze) vereadores, do Processo de Lei nº 230/2018 (PL 65/2018) – Concede vale cestas básicas (cartões) ao funcionalismo público municipal e dá outras providências. (autor: Prefeito Municipal).Requerimento APROVADO por unanimidade. Foram apresentados, sem discussões, e encaminhados à Comissão de Legislação, Justiça e Redação, para a emissão dos devidos pareceres, os seguintes processos: **Processo de Lei nº 229/2018 (PL 56/2018)** – Estabelece a obrigatoriedade do uso de certidão digital nos processos internos de aquisição, alienação, autorização de empenho, pagamento e outros atos administrativos, visando propiciar adequado grau de certeza, segurança jurídica e respeito aos direitos dos administrados e dá outras providências. (autor: Prefeito Municipal). **ORDEM DO DIA. 2ª (SEGUNDA) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO. Processo de Lei nº 224/2018** – Altera a ementa da Lei nº 4.876/2016 que dispõe sobre a denominação do Centro Comunitário do Povoado de São Benedito, neste Município de Patrocínio. (autora: Vereadora Adriana de Paula). **Processo APROVADO por unanimidade. Processo de Lei nº 226/2018** – Denomina-se “Oneida Geralda Capuano” a cantina do Colégio Municipal Prof. Olímpio dos Santos (autor: Ver. Prof. Alexandre Vitor C. da Cruz). **Processo APROVADO por unanimidade. Processo de Decreto Legislativo nº 106/2018** – Concede Título de Cidadão Benemérito ao Sr. Divaldo Nestor da Silva (autor: Ver. José Roberto dos Santos). **Processo APROVADO por unanimidade. Processo de Decreto Legislativo nº 109/2018** – Concede Título de Cidadão Honorário ao Sr. José Alexandre de Souza (autor: Ver. Roberto Margari de Souza). **Processo APROVADO por unanimidade. DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ÚNICA. Processo de Lei nº 230/2018 (PL 65/2018)** – Concede vale cestas básicas (cartões) ao funcionalismo público municipal e dá outras providências. (autor: Prefeito Municipal). **Pareceres** pela tramitação com sugestão de emenda supressiva. **Processo APROVADO por unanimidade com a realização da emenda proposta. Foram APROVADAS, por unanimidade, as seguintes INDICAÇÕES:**

De autoria do Sr. Ver. Fábio de Paulo dos Reis (Fabinho Gasolina): nº 759/2018, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando junto à Secretaria de Esportes a construção de uma Praça da Saúde na Comunidade de Chapadão de Ferro; nº 760/2018, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando junto à Secretaria de Esportes a construção de uma Praça da Saúde na rotatória de acesso ao bairro Belvedere; nº 761/2018, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal solicitando junto à Secretaria de Esportes o fechamento do portão de acesso ao Estádio de Futebol Assis Filho (Ferroviário) pela entrada do Espaço Cultural. O Sr. Ver. Fábio de Paulo dos Reis disse que gostaria que o Sr. Presidente assinasse com ele a Indicação nº 761/2018. De autoria do Sr. Ver. Ricardo Balila: nº 762/2018, ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal e ao Secretário Municipal de Saúde solicitando a manutenção dos banheiros públicos e um espaço adequado para as mães trocarem a fralda dos bebês. Foram APROVADAS, por unanimidade, as seguintes MOÇÕES DE APLAUSOS: De autoria do Sr. Ver. Thiago Oliveira Malagoli: nº 286/2018, ao servidor público efetivo da Câmara Municipal Wilson Hideki Murakami; 287/2018, ao servidor público efetivo da Câmara Municipal William Anselmo da Silva; 288/2018, ao servidor público efetivo da Câmara Municipal Lucas Favalli Barbosa Viana; 289/2018, ao servidor público efetivo da Câmara Municipal Diogo Seiji Moriya. **GRANDE EXPEDIENTE**. O Sr. Ver. Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz disse que a remuneração dos professores P1 e de Educação Infantil não foi paga juntamente com a dos demais servidores municipais; que gostaria de ter uma justificativa formal e urgente para o ocorrido, bem como a forma pela qual serão pagos os 25% (vinte e cinco por cento); que outros municípios apesar de não estarem em uma situação financeira favorável efetuaram o pagamento no dia de hoje; que soube por terceiros que o Procurador Jurídico do Município disse que a paralisação foi ilegal pelo fato de não ter atingido os 50% (cinquenta por cento); que o direito de greve é constitucional e que se apenas um professor “parar” é obrigatória a confecção de um calendário de reposição a fim de que seja cumprida a carga horário dele; que estão aguardando tanto o mencionado calendário quanto a revisão do corte diário da remuneração de professores regentes de aula; que acredita que o Dr. Anderson não tenha realmente se posicionado desta forma; que a “saúde financeira” do município tendo sido resgatada é esperada a efetivação urgente do pagamento da remuneração dos professores retromencionados. O vereador Thiago Oliveira Malagoli reassumiu a Presidência dos trabalhos legislativos. A Sr.^a Ver.^a Marcilene Jacinto Queiroz disse que gostaria de agradecer pela satisfação dos 45 (quarenta e cinco) dias de campanha eleitoral; que foram bem recebidos em todos os locais visitados; que sente admiração pelo povo de Patrocínio; que foi engrandecedora a proximidade com os vereadores que a acompanharam durante esses dias; que tanto o Prefeito Municipal e os Secretários Municipais quanto os servidores não mediram esforços para lhe apoiarem; que o período eleitoral foi de intenso aprendizado; que agradecia também à sua família; que está de volta ao trabalho junto àqueles que mais precisam. O Sr. Presidente disse que gostaria de colocar para apreciação do Plenário a fala da professora Flávia. Solicitação APROVADA por unanimidade. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse que gostaria de agradecer aos cidadãos patrocineses pelo decorrido na campanha eleitoral dos candidatos a deputado estadual

Gustavo Brasileiro e a deputada federal Greyce Elias; que a receptividade de todos foi grande, demonstrando a insatisfação pelo cenário político; que ficou provado o desejo pelo novo com o Gustavo obtendo 15.000 (quinze mil) e a Greyce 14.800 (quatorze mil e oitocentos) votos, apesar dos quase 900 (novecentos) cabos eleitorais a mando do Prefeito buscando votos para a candidata apoiada por ele; que os próprios Secretários Municipais, inclusive seus assessores, estavam pela cidade pedindo voto para a candidata mencionada; que é preciso haver o concurso público para acabar com os contratos na Prefeitura, que traduz o “coronelismo”; que apesar de tudo o eleitor foi às urnas e votou naquele candidato escolhido conscientemente por ele; que o Prefeito diz que o servidor tem de trabalhar para fazer jus ao seu salário, mas que havia Sub-Secretários pedindo votos para sua candidata na zona rural enquanto recebem pela Prefeitura; que a Greyce tem crescido politicamente todos os dias e que trabalhará por Patrocínio; que está à disposição do Gustavo para a campanha de 2020; que é inadmissível ter de apoiar um candidato somente por “mimo” do Prefeito. O Sr. Ver. Joel da Silva Carvalho disse que gostaria de parabenizar sua amiga Greyce pela eleição, que contribuirá para o crescimento tanto de Patrocínio quanto da região como deputada federal; que a classe trabalhadora de Patrocínio está satisfeita por seus representantes; que sua intenção sempre foi defender os interesses da classe trabalhadora tanto no Sindicato quanto em sua vida política; que teve por parte do Prefeito a oportunidade de apoiar quem quisesse; que escolheu apoiar o grupo em que está para demonstrar cumplicidade; que mesmo não tendo apoiado o Wilson, Presidente da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais - FETAEMG ele teve votação expressiva no município; que agora a classe rural também terá um representante a nível nacional. O Sr. Ver. José de Arimatéia Neves disse que é preciso fazer uma reflexão após as eleições; que a política deve estar em sintonia com a vontade popular; que conhece suas limitações, mas que não é “pau mandado” de Cássio Remis; que se isso fosse verdade teria sido candidato a deputado federal; que com política não se brinca; que é preciso deixar as vaidades de lado; que espera que a classe política seja mais madura nas próximas eleições, pensando no município não somente no seu próprio partido; que ficará satisfeito se a Greyce fizer o bem para Patrocínio. A Sr.^a Ver.^a Neusa Mendes disse que parabenizava a deputada Greyce, tendo ficado feliz por sua eleição por respeitá-la; que discorda quando dizem que “tiveram de apoiar a candidata do Prefeito”; que no próprio grupo alguns apoiaram outros candidatos como no caso das vereadoras Raquel e Adriana e do Presidente; que parabenizava a vereadora Marcilene pelos mais de 10.000 (dez mil) votos obtidos; que o deputado Silas Brasileiro também merece ser parabenizado pela votação expressiva, mas que entende o anseio da sociedade em querer o “novo” e a “mudança”; que tem certeza de que a Greyce representará muito bem Patrocínio. O Sr. Ver. Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz disse que gostaria de expressar sua gratidão pelo carinho com que foi recebido pela Greyce desde 2016; que espera que a eleição da Greyce represente um “tapa de luva” em todos os opressores; que ele faz parte da minoria; que foi impedido com desrespeito por um fiscal de entrar na seção eleitoral junto com seu avô de 82 (oitenta e dois) anos de idade; que está com o coração leve e que a vitória é do povo patrocínense que quer lutar contra a opressão. O Sr.

Presidente deu um “viva” à Democracia e ao Estado Democrático de Direito, dizendo que viu uma política mesquinha nos 45 (quarenta e cinco) dias de campanha; que quando se entra sabendo que perderá já estará ganhando; que percebeu o objetivo de atrapalhar o próximo e o progresso de Patrocínio impedindo a vitória do candidato com viabilidade eleitoral; que o papel do vereador é legislar e fiscalizar; que estão oferecendo cargos em Secretarias para vereadores com a intenção de trazer outros suplentes para esta Casa; que foi ameaçado de morte durante a campanha eleitoral e que tem como provar; que providências já foram tomadas; que o deputado que lhe “deu” recursos para beneficiar o município foi o Welinton Prado; que mostrou à população o trabalho realizado pelo deputado e por seu irmão Elismar Prado sem falar mal dos demais candidatos; que o governo apoiou o Silas Brasileiro somente de fachada; que somente o vereador Valtinho trabalhou realmente pelo Silas; que encheram a entrada de seu apartamento com “santinhos” da vereadora Marcilene, assim como fizeram com o prof. Alexandre; que tem ciência de que isso não foi atitude dela, mas das pessoas que a apoiaram com o intuito de insultar os demais; que acompanhou a campanha da Greyce conversando, inclusive, com seu irmão e marido; que não foi em nenhuma empresa pedir voto por respeito aos candidatos da cidade; que não pediu voto para nenhum dos servidores da Câmara para deputado estadual nem pediu para adesivarem; que hoje veio dar seu posicionamento, não discutir, e que queria o respeito de todos, inclusive, dos vereadores que assumiram a “cadeira” por favor e de forma ilegítima; que estava cansado de perseguições; que agradecia os votos dados a Welinton e Elismar Prado; que parabenizava o Gustavo Brasileiro que teve quase 30.000 (trinta mil) votos em sua primeira eleição; que o Gustavo é o Vice-Prefeito legítimo, apesar de ter sido expulso da Prefeitura; que defenderá suas convicções até o final; que estava aguardando quem o ameaçou; que não tem medo de “homem”, mas de Deus; que parabenizava a Greyce Elias pela eleição; que agradecia o cidadão patrocínense. A Sr.^a Ver.^a Neusa Mendes disse que o fato de terem ameaçado o Presidente lhe entristece; que ela apoiou quem quis nesta campanha; que nem a vereadora Marcilene nem o Prefeito lhe pediram nada; que não recebeu nenhum centavo para ajudar a si mesma na campanha ou a algum eleitor; que todos os vereadores respeitam o Presidente, mas que sente que a recíproca não é verdadeira; que não tem visto o Presidente cumprir sua função de “zelar pelo prestígio e dignidade da Câmara, pelo respeito às prerrogativas constitucionais de seus Membros e pelo decoro parlamentar” prevista na alínea “j” do inciso VI do art. 35 do Regimento Interno; que o respeito deve ser mútuo. O Sr. Presidente disse que a vereadora Neusa tem razão e que deviam criar uma Comissão para averiguarem o que está acontecendo nesta Casa, inclusive a ameaça à sua pessoa; que trata todos com respeito, mesmo assim “mandaram” alguém vir aqui dizer que ele veio do “submundo”; que tem tido interferência do Executivo nesta Casa; que nunca deu “não” a vereadores ou Secretários; que tem sido perseguido pelos Secretários de Obras e de Saúde; que uma pessoa procurou o Secretário de Obras para pedir ajuda sobre internação por drogas e ele a mandou procurar o Presidente ou o vereador Ari; que tem repetido o que ouve nas ruas. O Sr. Ver. Roberto Margari disse que achava que suplente não teria direito à palavra; que está representando a população juntamente com

os demais vereadores, mas que sempre é lembrado sobre a quantidade de votos de um ou outro; que quem vota também tem o direito de ser votado, conforme previsto pela Constituição Federal; que ele tem legitimidade para estar nesta Casa, visto que existe um Termo de Posse assinado pelo próprio Presidente; que é um apto representante do povo; que cada um apoiou seu próprio candidato sem custeio para influenciar as pessoas; que cabe a ele escolher seu próprio partido; que tem orgulho de estar na suplência com a oportunidade de representar o povo; que a Igreja Santa Luzia precisa da obra do calçadão, que oferecerá banheiros adequados, enquanto o projeto está parado porque o Presidente não concorda com ele; que o vereador eleito que “deixou” a “cadeira” para ele tem feito um brilhante trabalho à frente da Secretaria de Trânsito e Transporte, sendo o melhor até hoje; que foi muito mais honrado enquanto suplente nesta Administração do que quando eleito à época em que eram somente 10 (dez) vereadores; que gostaria de pedir ao próximo Presidente que valorize as pessoas que confiaram seu voto a ele; que glorifica a Deus pela oportunidade dada a ele; que as pessoas devem ouvir tudo, mas reter somente aquilo que for certo. O Sr. Presidente disse que deixa todos falarem; que o vereador Margari teve sorte de terem colocado ele aqui, porque se dependesse do povo isso não aconteceria; que quando o povo o colocou aqui ele votou contra seus interesses, retirando direitos do servidor público; que colocará o projeto para a construção do calçadão na Praça Santa Luzia, então basta o vereador Margari combinar com sua bancada a aprovação do mesmo; que é a favor da segurança municipal, porque vê as pessoas trabalhando por detrás das grades em seus estabelecimentos; que o povo está com medo e o vereador querendo construir calçadão; que quer saber o que farão com os donos dos lanches que ficam na praça se o projeto for aprovado; que esses proprietários não recebem 2 (dois) salários como o vereador Margari. O Sr. Ver. Paulo Roberto dos Santos (Panxita) disse que todos são contra a construção do calçadão; que a segurança municipal está um desastre; que as mães querem creche para deixar seus filhos enquanto trabalham; que fazer banheiros públicos é fácil, mas que manter será um desafio; que o Secretário de Trânsito realmente é o melhor, pois arrecadará esse ano mais de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) com multa de trânsito; que não tem visto programas realizados pela Secretaria a não ser a entrega de um panfleto sobre a “Semana do Trânsito”; que a tinta da sinalização das ruas desaparecem em 1 (uma) semana; que se o calçadão for construído será mais um “elefante branco”; que Patrocínio não é cidade do turismo, mas do agronegócio; que somente arrumam as estradas vicinais ou algumas em específico onde há interesse; que 70% (setenta por cento) da arrecadação municipal vem do agronegócio; que os pequenos produtores estão atolados em barro aguardando por um caminhão de cascalho; que muitos votaram em seu candidato por reconhecerem o trabalho dele, apesar de não ter podido ajudá-los com suas solicitações; que quer ver quem terá coragem de afrontar o povo e votar a favor do projeto para a construção do calçadão enquanto a cidade está em crise, embora não financeira. O Sr. Ver. Florisvaldo José de Souza (Valtinho) disse que há 30 (trinta) anos trabalho no Posto Jandaia, sendo um gerente da confiança do Silas Brasileiro; que realmente foi de casa em casa pedindo votos; que estão sendo feitos vídeos maldosos sobre ele; que parabenizava a vereadora Marcilene, o Silas,

o Gustavo e a Greyce pela campanha; que o município precisa que sejam construídas escolas, creches e postos policiais, além de efetivo na Polícia Civil; que precisam de todos os deputados estaduais e federais; que a duplicação da BR 365 será uma grande “bandeira” da Greyce; que hoje começa o trabalho de solicitação junto aos deputados estaduais e federais de recursos para beneficiar Patrocínio; que ainda há o problema referente ao Pronto Socorro; que espera que o deputado Weliton Prado continue nos ajudando com o Hospital do Câncer. O Sr. Presidente disse que serão solicitadas emendas parlamentares em benefícios das instituições patrocínenses; que o Weliton Prado nem mesmo para concretizar os recursos que trouxe para o município recebeu apoio do governo. O Sr. Ver. Florisvaldo José de Souza (Valtinho) disse que não ofereceu nada ao povo em troca de votos, mesmo porque não tem dinheiro para isso; que também não ganhou nada em troca de seu apoio; que Weliton Prado tem uma responsabilidade muito grande com Patrocínio através do Presidente; que já presenciou o deputado em reunião de Conselho, assim como já viu o Wilson da Fetaemg em uma novena. O Sr. Presidente disse que no dia em que o deputado Weliton Prado estava na reunião do Conselho não o deixaram entregar à comunidade o trator adquirido com os recursos que ele trouxe; que também não ganhou nada para apoiá-lo, assim como nunca ganhou para apoiar o Deiró ou o Silas; que tem conhecimento de pessoas que receberam ofertas de aumento de salário para que não trabalhassem para Weliton Prado; que foi dito que há deputados que não pagam as emendas que conseguem para o município; que o Weliton Prado trouxe ambulância, trator e recursos para o HC; que possui áudios inclusive de Secretários convocando servidores para pedirem votos; que poderia colocá-los ao vivo para todos ouvirem; que quando o Deiró era deputado e lhe deu 2 (dois) tratores até festa ele fez, além de ter gastado com capas de jornal; que teve gratidão, diferente do que estão fazendo com o Weliton Prado; que se fosse Prefeito poderia até não ajudar o deputado, mas que também não o atrapalharia; que outros vereadores puderam apoiar outros candidatos e não entendia o motivo por ter sido perseguido junto com o seu candidato; que em reunião do governo ainda criticaram o Weliton porque ele teve menos votos nesta eleição do que na anterior; que o seu próprio Vice-Presidente citou solicitações sem mencionar as pessoas, como servidores ou professores. O Sr. Ver. Florisvaldo José de Souza (Valtinho) disse que foi pedido o reajuste dos servidores públicos; que é preciso olhar para as gestões passadas que também fizeram muito pelo município. O Sr. Presidente disse que há outdoors pela cidade onde está dito que fizeram em 4 (quatro) anos o que não fizeram em 40 (quarenta), ou seja, que nos últimos anos não fizeram nada. O Sr. Ver. Pastor Alaércio Rodrigues Luzia disse que sabe que vivem em uma democracia, onde cada vereador tem o direito de analisar a situação e decidir quem irá apoiar; que o Prefeito pediu o apoio à sua candidata, mas que deu a liberdade de cada um decidir; que em momento algum houve intimidação ou imposição; que talvez o Prefeito precise rever os conselhos e as informações que tem recebido de pessoas próximas a ele; que talvez algumas pessoas estejam fazendo o mal se utilizando do nome do Prefeito; que particularmente é contrário à construção do calçadão; que tem sido procurada por uma mãe em desespero por ajuda para a filha com problemas cardíacos; que procurou a Secretaria de Saúde por várias

vezes, mas que não foi possível ajudá-la por falta de recursos; que recorreu ao Dr. Ari e ele lhe ajudou, o que lhe deixou imensamente grato pelo ato de humanidade dele; que antes de utilizarem os recursos públicos em praças é preciso investirem nas pessoas; que os mais carentes precisam de amparo na saúde e na segurança; que a política é instrumento para fazer o bem na vida das pessoas; que tem ciência da luta do Prefeito para fazer o melhor para o município, mas que ele precisa ouvir os conselhos que quem pede pelas pessoas/população. O Sr. Ver. Roberto Margari disse que todos os vereadores têm o direito de apresentarem projetos da natureza que lhe convierem, embora haja problemas no município; que ele não será contrário a projetos de autoria dos demais pelo fato de terem sido contrários à construção do calçadão; que caberá à Administração escolher o momento adequado para executar os projetos de autoria dos vereadores aprovados nesta Casa; que tem conhecimento de que a segurança está um caos, mas que não viu ninguém apresentar projetos sobre o tema; que as sucatas já foram retiradas das ruas da cidade em cumprimento à lei cujo projeto tem sua autoria. O Sr. Presidente disse que o projeto para a construção do calçadão não estava em discussão; que bastaria pedir à vereadora Dr.^a Neusa para requerer a inserção do mesmo na Ordem do Dia. O Sr. Ver. Roberto Margari disse que mencionou o projeto por terem tocado no assunto anteriormente por outros vereadores. O Sr. Ver. Pastor Alaércio Rodrigues Luzia disse não ser contrário ao projeto, mas que há outras prioridades; que a população não quer a construção do calçadão. A Sr.^a Ver.^a Marcilene Jacinto Queiroz disse que ficou feliz com a eleição da Greyce a deputada federal; que ela tem garra, conhecimento e ajudará muito o município; que o Cristo Redentor é um cartão postal da cidade e precisa ter sua obra continuada; que gostaria de ter sido eleita deputada estadual, mas que Deus lhe dará outras oportunidades; que ninguém foi obrigada a nada; que procurou todos os vereadores em busca de apoio, exceto o Dr. Ari porque já era sabido que ele apoiaria o Renato Andrade e o Luiz Humberto; que na oportunidade que o Sr. Presidente teve ele foi à rádio mostrar suas convicções; que não é verdade que aceitou ser candidata sabendo que perderia; que foi uma campanha foi intensa com alegrias e decepções; que sua campanha foi feita com respeito e sem denegrir a imagem de nenhum outro candidato; que uma atitude destrutiva determina a forma como será o futuro sucesso; que sua fala era no sentido de eleição de candidatos da cidade que teriam posteriormente o compromisso de trazer melhorias para a população, o que não significa desmerecimento por parte do candidato de fora; que não ouviu reclamações sobre o Prefeito, mesmo de pessoas que não votaram nele; que a democracia é isso; que não houve trocas ou barganhas; que muitos mencionaram o descrédito com relação ao que vem acontecendo nas reuniões desta Casa e que ela não tinha se dado conta da dimensão alcançada com as transmissões ao vivo; que ficou triste ao ouvir que as reuniões não têm sido produtivas, havendo tão somente ataques pessoais constantes, ciúme, desrespeito e desunião; que os vereadores devem discutir sobre os projetos e se mostrarem favoráveis ou não a eles, sem afrontar o próprio companheiro; que todos aqui são humanos, tendo família e sentimentos, e o que vem acontecendo adoce as pessoas; que antes mesmo dela reassumir o cargo nesta Casa ouviu que seria Secretária sem qualquer fundamento; que é preciso se informar antes de

falar; que às vezes acha que está no lugar errado, porque é vista pelos próprios companheiros de forma inadequada e com atitudes rancorosas sem motivos, o que lhe decepciona; que ninguém pode se dar ao luxo de entrar em uma campanha para perder, embora seja sabido que nem sempre conseguirá obter o resultado esperado; que se os votos não tivessem sido redistribuídos em tantos candidatos teria se fortalecido mais; que com mais 7.000 (sete mil) votos seu partido faria 4 (quatro) candidatos; que é muito difícil buscar votos em outras cidades; que a campanha foi limpa e transparente; que ninguém foi obrigado a adesivar os seus carros; que se alguém foi obrigado tem ciência de que “adesivo” não vota e não traz retorno; que cabe ao vereador apresentar projetos que tragam benefícios para a população, sem menosprezar a iniciativa do colega; que ao Prefeito falta união em relação a ele e ao que tem sido feito pelo município. O Sr. Presidente disse que foi à rádio mencionando a inviabilidade eleitoral da vereadora Marcilene e o resultado mostrou isso; que a vereadora mencionou em reuniões que há deputados de fora deixando de “pagar” as emendas; que há quase 7 (sete) meses foi feito um acordo com o Carlão para colocá-lo em alguma Secretaria e também com o João do Mané, tudo já culiado para que a apoiassem; que a campanha não ocorreu em somente 45 (quarenta e cinco) ou 50 (cinquenta) dias; que foi utilizada toda a estrutura da Prefeitura; que tem gravação do Secretário de Obras dizendo que mandaria maquinário em troca de votos para a vereadora Marcilene e o Silas Brasileiro; que lhe questionaram se a vereadora era conivente ou não via o que estava acontecendo; que prefere acreditar que ela não vê, mesmo tendo pessoas por detrás dela; que a vereadora apoiou o Eros Biondini, candidato de fora e do mesmo partido do Weliton Prado, na eleição passada; que ele não trouxe nem 10% (dez por cento) das emendas trazidas pelo Weliton Prado; que acredita que a vereadora mesmo teve poucos votos, sendo certo que a maioria foram do Prefeito; que hoje a Greyce conquistou todos os votos que teve, mas que na eleição para Prefeita os votos obtidos foram 50% (cinquenta por cento) advindos da “máquina administrativa”; que não tem como dizerem que seu posicionamento está equivocado se as urnas mostraram os reais resultados; que na rádio mostrou o seu posicionamento e nada fez contra o Prefeito além de apoiá-lo a vida toda; que ele erra muito, mas que fez um bom trabalho nesta Casa; que pode citar vários cargos ocupados a pedido na Prefeitura durante a campanha; que basta olhar o Portal da Transparência; que o afastamento da vereadora para que o Balila tomasse posse foi um acordo clandestino; que, assim, não foi uma campanha tão limpa e transparente; que também o deputado federal Marcelo Aro não é de Patrocínio e a vereadora Marcilene fez “santinho” com ele, a não ser que sejam falsificados, o que deverá ser denunciado à Justiça Eleitoral. A Sr.^a Ver.^a Marcilene Jacinto Queiroz disse que o Presidente de seu partido Marcelo Aro foi eleito, mas que não pediu voto para ele; que nesta campanha pediu votos para o Silas Brasileiro; que seu partido também fez um senador, que é o Carlos Viana mencionado no mesmo “santinho”; que o material foi enviado pelo partido, apesar de não ter sido feito um trabalho local em favor do Marcelo Aro. O Sr. Presidente disse que não podem usar a imagem do candidato sem autorização prévia; que é mentira da vereadora Marcilene dizer que não autorizou a utilização de sua imagem no “santinho”. A Sr.^a Ver.^a Marcilene Jacinto Queiroz disse que

não disse que não autorizou. O Sr. Presidente disse que mencionou o “santinho” porque a vereadora disse que ele não podia pedir voto para candidato de fora da cidade. A **monitora Flávia** disse que falaria novamente sobre a situação das monitoras da educação infantil municipal pelo fato de não ter sido ouvida nem recebida pelo Prefeito; que o trabalho delas não está sendo reconhecido; que todas as vezes que utilizou da palavra nesta Casa foi com respeito; que falará sobre o cargo de monitora e sobre os crimes cometidos pela Administração; que a creche foi criada para cuidar e alimentar a criança cuja mãe precisava trabalhar; que não era preciso ter formação alguma para trabalhar nas creches; que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB trouxe os Centros de Educação Infantil – CEI em substituição às creches; que hoje é preciso ter formação mínima de magistério, o que foi exigido quando da realização do concurso público; que há o que ser desenvolvido com as crianças agora em todos os aspectos, além da alimentação e troca de fraldas; que até mesmo na troca de fralda está sendo feito um trabalho pedagógico ao ensinar a higiene e a limpeza à criança; que a convivência em sociedade e o desenvolvimento da própria fala começam nesse momento; que a nomenclatura “monitora” quando da realização do concurso foi ultrapassada, ou seja, não foi feita a pesquisa adequada do que significariam as atribuições e a importâncias das monitoras; que a LDB prevê a necessidade de “professoras” para a educação infantil em período integral; que as monitoras fizeram o concurso para darem apoio pedagógico ao professor; que na realidade elas estão fazendo as 2 (duas) funções, uma vez que esse professor não existe dentro da sala de aula nos CEI; que o concurso trouxe um retrocesso; que até mesmo os recursos do FUNDEB estão sendo aplicados irregularmente; que não faz sentido deixar de corrigir um erro só porque ele foi cometido na gestão passada; que é inadmissível quererem construir mais CEI quando os servidores de lá não estão sendo devidamente valorizados; que estão havendo várias ameaças; que o próprio Sub-Secretário incentiva a greve geral das monitoras, não só a paralisação; que a reunião foi gravada porque hoje as pessoas não cumprem mais com a palavra dada; que gostariam de ter sido recebidos pelo Prefeito e pelo Setor Jurídico, não pelo Secretário de Educação; que se pergunta onde está a “Administração nota 10” quando não resolvem a questão das monitoras; que fizeram a paralisação apesar de terem sido ameaçadas; que sentiu vergonha quando lhes disseram para terem cuidado com as consequências de qualquer ato praticado; que vários municípios realizaram concurso público burlando a lei ao colocarem os monitores, mão de obra barata, nos CEI; que Patrocínio é um deles; que documentos estão sendo fraudados para o recebimento da verba do FUNDEB, algo que ela pode provar com simples acesso aos diários eletrônicos no sistema de gestão informatizado; que os monitores estão cadastrados como professores, o que garante o repasse do FUNDEB ao município; que os diários são impressos e assinados por alguém de forma indevida; que a valorização das monitoras valorizaria a educação municipal; que a maioria dos vereadores apoia a causa delas; que os professores P1 e P2 não foram pagos pela falta de repasse do FUNDEB neste mês; que o movimento das monitoras está em todo o Brasil para que a lei seja cumprida; que o plano de aula que lhe é apresentado tem sido desrespeitoso e ela não podem elaborar um adequado por serem tão somente um

apoio pedagógico; que a carga horária de 40 (quarenta) horas não é adequada, visto que não há o direito à “dobra” nem o pagamento de uma remuneração digna; que ao fazerem o concurso sabiam desta carga horária, o que não impede que a mesma seja alterada; que as monitoras precisam ser colocadas nos quadros de carreira da educação, o que lhes dará direito ao piso salarial, à redução da carga horária, dentre outros; que precisam do apoio desta Casa para que os crimes e as ameaças tenham fim; que as monitoras estão executando diversas funções fora de suas atribuições além de não terem o professor junto delas na sala de aula, que deveriam ser apenas um apoio pedagógico; que se não quiserem regularizar a situação delas será preciso colocar o professor na sala; que desde o início de 2017 não viu nenhum projeto que valorize os servidores; que agradecia a todos pela oportunidade. A Sr.^a Ver.^a Neusa Mendes disse que gostaria que o prof. Alexandre explicasse a situação de fraude mencionada pela Flávia, inclusive citando nomes; que buscará junto à Secretaria de Educação informações referentes ao repasse do FUNDEB; que acha difícil encontrarem uma possibilidade para solucionar a questão por se tratar de um concurso público homologado, com a devida assinatura dos termos de posse e após ter sido dito que todos tinham conhecimento sobre a situação no momento do edital e da realização das provas; que vislumbra a possibilidade de realização de novo concurso para professores que possam suprir a necessidade destes em sala de aula; que esta Casa não tem competência para apresentar projetos desta natureza por envolver matéria financeira; que o magistério bem ministrado diminuirá os gastos com saúde e segurança; que se a fraude realmente existe precisam tomar providências. A **monitora Flávia** disse que as irregularidades vieram à tona quando houve aumento da remuneração dos professores e os monitores não tiveram o mesmo direito. O Sr. Presidente disse que não entende o motivo pelo qual o Prefeito não recebe as monitoras e lhes explica pessoalmente os limites que a Administração encontra para solucionar a questão; que há mais de 6 (seis) meses ela tentam serem recebidas por ele; que diante das justificativas dele estão poderão decidir se ingressam ou não com ação judicial. O Sr. Ver. Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz disse que quando o projeto referente ao plano de cargos e carreiras da educação veio a esta Casa a então vereadora Greyce levantou vários questionamentos que ele fez questão de responder pessoalmente; que na época inventaram falácias que nem existiam como a ideologia de gêneros, deixando de fora o principal que era a questão das monitoras; que em 2010 o município de Araxá transformou todas as monitoras em professoras; que seria incoerente se dissesse para isso ser feito aqui; que se tiverem somente o bom senso de pagar às monitoras o piso do professor já seria excelente; que a diminuição da carga horária é possível a exemplo de outros cargos que sofreram tal redução; que a questão referente aos diários vem ocorrendo há muito tempo; que no Educacenso, sistema educacional brasileiro, não é mencionado o termo “monitora”, tão somente o “professora”; que as monitoras estão cadastradas no sistema de gestão do Dardani como “professoras”, embora elas não tenham acesso ao diário pelo fato do edital do concurso ter atribuído a elas a função de “apoio pedagógico”; que é a coordenadora que faz os diários, lança a frequência das crianças, quando na verdade quem executa o plano de aula são as monitoras; que realmente se trata de um assunto complexo; que o plano de cargos

veio deficiente quanto ao aspecto das monitoras; que muitas escolheram fazer o concurso para monitoras porque na época a remuneração era maior do que para o cargo de professora infantil; que posteriormente esse professor de educação infantil teve um aumento de 30% (trinta por cento) enquanto as monitoras trabalhavam as 40 (quarenta) horas com uma remuneração menor; que o grande desajuste ocorreu nesse momento, em maio/junho de 2014. A **monitora Flávia** disse que está faltando boa vontade e diálogo para resolver a situação; que há a alegação de que o impacto financeiro apresentado à Administração não demonstra a real situação; que não há motivo para quererem ingressar com ação judicial para que seja feita a regularização quando existe a possibilidade de suspenderem a atividade dos Centros de Educação Infantil; que vários pais de família serão penalizados; que a intenção das monitoras não é causar danos à comunidade; que apenas um dia de paralisação já causou transtornos; que a paralisação lhes custou o corte de 2 (dois) dias de remuneração; que querem o diálogo, logo não precisam retaliar ou ameaçar; que se questiona se elas não são dignas de serem recebidas pelo Prefeito. A Sr.^a Ver.^a Neusa Mendes disse que acreditava que no momento em que o Prefeito delegou ao Secretário de Educação receber as monitoras tenha sido pelo fato de direcionar à pessoa adequada a resolução do problema; que conversará pessoalmente com ele sobre a possibilidade de atendê-las. O Sr. Ver. Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz disse que sempre recebeu-se pelo FUNDEB, não pelo administrativo; que as serventes escolares, os funcionários da Secretaria, os Diretores e Vice-Diretores realmente são do quadro administrativo, diferentemente das monitoras. A **monitora Flávia** disse que em seu contracheque está claro que fazem parte dos quadros da educação, apesar de não fazerem parte do magistério, o que as impede de ter o direito ao recesso no meio e no final do ano por ex.; que tanto o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA quanto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB preveem o direito da criança a esses recessos. O Sr. Ver. Prof. Alexandre Vitor Castro da Cruz disse que lei prevê os recessos para os profissionais da educação, não do magistério; que, então, o recesso é para todos; que se todos conversarem poderão descobrir as diversas possibilidades que resolverão a situação. A **monitora Flávia** disse que tem amor incondicional pelos seus alunos; que estava gastando cerca de 20% (vinte por cento) de sua remuneração para executar o plano de aula entregue a elas; que hoje não faz mais isso; que elas estão sendo impedidas de dar uma educação de qualidade para as crianças por falta de material; que o desejo, além da valorização, é ter autonomia dentro da sala de aula; que gostaria que o próximo Presidente lhes desse a oportunidade de falarem assim como fez o Thiago. O Sr. Presidente disse que o “poder é do povo e emana do povo”, independente dos candidatos mentirem ou pagarem pelos votos; que o povo se cansou da política barata; que ele continuará com os posicionamentos. O Sr. Presidente declarou, em nome de Deus, encerrada esta reunião, da qual lavrei esta Ata que, lida e julgada conforme, será assinada pelos (as) senhores (as) vereadores (as) presentes. Palácio do Legislativo, Sala das Sessões, em 9 de outubro de dois mil e dezoito.